



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I do Edital

CAPÍTULO I. DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação de empresa especializada para fornecimento de microcomputadores.
2. A aquisição desses materiais será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, para aquisição imediata, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.

CAPÍTULO II. DA JUSTIFICATIVA

1. Este Tribunal necessitou realizar obras de ampliação do estacionamento interno, a fim de viabilizar a utilização por servidores efetivos, funcionários terceirizados e estagiários com veículo próprio, tendo em vista a insuficiência dos espaços atualmente disponíveis. No entanto, para a realização das obras em questão, houve a necessidade da retirada de cinquenta e cinco árvores do estacionamento lateral do prédio-sede, atividade que apenas foi possível após a apresentação de requerimento à Secretaria de Meio Ambiente e Gestão Urbana - SEMADUR. No entanto, o órgão municipal de meio ambiente exigiu a implementação de medida compensatória prévia, consistente na aquisição e plantio de mudas de árvores ou a disponibilização de equipamentos ou mobiliário para incremento das atividades institucionais daquela entidade, no mesmo valor da aquisição das mudas. Como a primeira opção seria muito demorada e mais onerosa para esta Administração, optou-se pela alternativa seguinte, que deveria estar de acordo com as demandas apresentadas pela SEMADUR, ficando acertado com representantes daquela instituição a compensação ambiental mediante a "transferência" de mobiliário e computadores, conforme especificações apresentadas.

CAPÍTULO III. DOS MATERIAIS, QUANTIDADES, PREÇOS MÁXIMOS E DAS ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS E DO SERVIÇO A SER REALIZADO

1. A descrição dos equipamentos e materiais a serem adquiridos, respectivas quantidades e valores máximos admitidos pelo TRE/MS estão indicados abaixo
 - 1.1 Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

| ITEM 1 - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO MICROCOMPUTADOR | |
|--|---|
| 1 | Gabinet Desktop |
| 2 | Possuir indicadores luminosos frontais e individuais de funcionamento do microcomputador e de uso da unidade de unidade de disco rígido. |
| 3 | Possuir no mínimo 2 (duas) conexões frontais USB com ao menos uma no padrão USB 3.0 ou superior. |
| 4 | Possuir entrada de microfone e fone de ouvido na parte frontal do gabinete. |
| 5 | Possuir no mínimo 8GB de memória RAM. |
| 6 | Possuir no mínimo processador core i5 9400F. |
| 7 | Possuir no mínimo 1 (uma) Unidade de armazenamento interna SSD de no mínimo 240GB. |
| 8 | Placa de vídeo com no mínimo 1GB |
| 9 | Possuir entrada Ethernet / Formato RJ-45 com suporte a velocidades de transmissão de dados de 10/100/1000 Mbps Half/Full Duplex. |
| 10 | Fonte de alimentação com suporte as tensões de entrada de 110/220v. |
| 11 | Kit teclado e mouse sem fio: padrão de teclas português ABNT2 Brasil com a tecla "ç", deve possuir bloco numérico separado das demais teclas. |
| 12 | Monitor de no mínimo 23,6" LED full HD HDMI. |
| 13 | Sem sistema operacional incluso. |
| 14 | Todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse, monitor) devem possuir gradações neutras das cores preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor predominante do gabinete |
| 15 | Os equipamentos deverão ser novos e em linha de produção (não descontinuados) |
| 16 | O equipamento ofertado e todos os acessórios/periféricos (incluso o monitor) que o acompanham deverão possuir garantia de 01 (um) ano(s) ON-SITE do Fabricante. |

| | |
|----|--|
| 17 | O atendimento, em garantia, deverá ser prestado na cidade de Campo Grande – MS |
| 18 | A garantia deverá cobrir todo e qualquer defeito apresentado, incluindo o fornecimento e a troca de peças, abrangendo todo o período de garantia, bem como a eventual substituição de peças e equipamentos, reparos e correções necessárias, sem qualquer ônus para o contratante. |
| 19 | A fabricante do equipamento deverá dispor de um número telefônico e e-mail para suporte técnico e abertura de chamados técnicos em garantia. |
| 20 | O microcomputador, de marca e modelo ofertado, deverá ser compatível com a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), quanto à não utilização de substâncias nocivas ao Meio Ambiente. |

| UNIDADE | QUANTIDADE | PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO | PREÇO MÁXIMO TOTAL | INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES NA DISPUTA SOBRE O VALOR TOTAL |
|---------|------------|-----------------------|--------------------|---|
| UNIDADE | 9 | R\$ 6.317,61 | R\$ 56.858,52 | R\$ 10,00 |

2. Tendo em vista a finalidade da aquisição, em ocorrendo transferência de propriedade dos materiais adquiridos, a garantia persistirá com o novo adquirente.
3. Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados nos equipamentos na fase de avaliação e/ou homologação
4. Em sendo necessária para análise da proposta, o Pregoeiro, orientado pela equipe técnica, **poderá solicitar a apresentação de prospecto com as características técnicas de todos os componentes do equipamento**, como placa principal, processador, memória, interface de rede, fonte de alimentação, disco rígido, mouse, teclado e monitor, incluindo especificação de marca, modelo, e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e comprovem as configurações cotadas, possíveis expansões e upgrades, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes.
5. Poderá, a critério do licitante, ofertar material com características superiores às exigidas, desde que não haja a descaracterização do objeto e respeitado o preço máximo admitido.
6. Não poderá ser ofertada marca/modelo de produto descontinuado ou fora de linha.
7. Reserva-se ao TRE/MS a faculdade de exigir a apresentação de amostra do produto ofertado pela empresa vencedora, de modo a comprovar o atendimento às especificações exigidas.
8. Nos preços ofertados deverão estar inclusas todas as despesas referentes ao fornecimento.

CAPÍTULO IV - DA ANÁLISE TÉCNICA DAS PROPOSTAS

1. A análise técnica das propostas, **quando necessária**, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos materiais ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.
2. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta a marca e o modelo dos produtos ofertados.
 - 2.1. A licitante poderá indicar, também, sítio(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o produto ofertado.
 - 2.2. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.
 - 2.3. O Pregoeiro poderá fazer questionamentos e/ou solicitar documentos para verificação/comprovação das especificações do produto cotado, conforme descrito no quesito 15 da descrição do item no Capítulo III.
3. O resultado da análise das propostas será informado às licitantes pelo Pregoeiro, através da ferramenta de conversação disponível no sistema COMPRASNET.

CAPÍTULO V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS E DAS GARANTIAS

1. A empresa fornecedora deverá entregar os equipamentos na Seção de Almoxarifado e Patrimônio do TRE-MS, sito na Rua Delegado José Alfredo Hardman, 184 - Jardim Veraneio - Parque dos Poderes, na cidade de Campo Grande/MS, de segunda a sexta-feira, das 12:00 h às 18:00.
 - 1.1. A empresa poderá agendar previamente o dia, horário e local para a entrega e instalação dos materiais.
 - 1.2. O agendamento será realizado por servidor da Seção de Patrimônio e Almoxarifado, no horário de 12:00 h às 18:00 h, de segunda a sexta-feira, através do telefone (67) 2107-7209 / (67) 3361-0016.
 - 1.3. **Nos termos do inciso III, art. 3º do Decreto nº 7.174/2010, para os produtos importados será exigido, no momento da entrega, a comprovação de origem dos mesmos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa.**
2. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de **30 (trinta) dias**, contados do dia útil subsequente à mensagem eletrônica responsável pelo encaminhamento do contrato/nota de empenho.

2.1. Caso a Nota de Empenho seja encaminhado através de serviço postal, fax ou outro meio disponível, a contagem do prazo se dará através da comprovação do efetivo recebimento do instrumento por parte do licitante.

2.2. Fica a licitante vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, no 1º dia útil seguinte ao seu envio.

3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega/instalação, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega/instalação.

3.1 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

6. O recebimento provisório e definitivo dos materiais:

6.1 O recebimento provisório ficará a cargo da Seção de Patrimônio e Almoxarifado do TRE-MS.

6.2 O recebimento definitivo ficará a cargo da Seção de Gerencia de Ativos (SGA) do TRE-MS.

7. O recebimento provisório dos materiais será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;

b) condições da embalagem e/ou do material;

c) quantidade entregue;

d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

8. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

9. O **recebimento definitivo** deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da entrega dos materiais, satisfeitas as condições abaixo:

a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;

b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

c) realização de testes de funcionamento dos equipamentos;

d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

10. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

10.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 3 a 5 deste Capítulo.

11. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

12. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

13. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

13.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

14. O prazo da garantia mínima dos materiais está estabelecido no Capítulo II deste Termo de Referência, contados após o recebimento definitivo dos equipamentos.

15. A contratada na ocasião do recebimento definitivo, deverá apresentar documento de garantia do fabricante do equipamento/produto, onde ateste o prazo de garantia, contra quaisquer defeitos de fabricação.

15.1 A contratada deverá comprovar que há assistência técnica do fabricante do equipamento/produto em Campo Grande MS.

16. Durante o período de garantia, a contratada, ou assistência técnica autorizada, prestará serviços de assistência técnica ao equipamento, sem nenhum ônus ao TRE/MS.

16.1 A obrigatoriedade da assistência técnica em Campo Grande se deve ao alto custo do envio dos equipamentos a outra municipalidade em caso de defeito.

CAPÍTULO VI - DA FISCALIZAÇÃO

1. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativos ao fornecimento dos equipamentos ficarão a cargo da Equipe de Gestão da Contratação indicada nos estudos preliminares desta contratação e designada para esse fim.
2. O contato entre o Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.
3. Caberão à fiscalização as seguintes funções:
 - a) acompanhar e fiscalizar o fornecimento instalação dos equipamentos pela empresa contratada;
 - b) verificar a conformidade do fornecimento e instalação e atestar o recebimento definitivo;
 - c) manter registro das ocorrências relacionadas ao fornecimento, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;
 - d) comunicar à contratada as falhas detectadas, através de Ordem de Serviço (O.S.) numerada e, de preferência, em 2 (duas) vias, uma das quais será visada pela(s) empresa(s), só assim produzindo seus efeitos;
 - e) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento no fornecimento/instalação e/ou aplicação de penalidades previstas;
 - f) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;
 - g) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO VII - DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material fornecido, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade e os preços unitário e total
2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO VIII - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.
2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.
3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:
 - a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
 - b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.
4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO IX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:
 - a) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
 - b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência ou no atraso na entrega dos materiais em até 5 (cinco) dias.
3. Será aplicada **MULTA**:
 - a) de **0,5%** (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total da contratação, referente ao item e por dia de atraso superior a 5 dias, na **entrega do material**, contado desde o primeiro dia de atraso até o 30 (trigésimo) dia.

A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de aplicação de multa, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível de rescisão;

b) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, por ocorrência, no caso de **atraso ou não emissão/encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) necessário para pagamento**;

c) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total da contratação, caso a **entrega do material ou prestação do serviço esteja em desacordo com o contratado**, no aspecto quantitativo e/ou qualitativo;

d) de **15%** (quinze por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de **desatendimento de cláusulas do Termo de Referência**;

e) de **20%** (vinte por cento) do valor total da contratação, se a contratada recusar-se a entregar o material, prestar o serviço sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições estabelecidas, levar o Tribunal ao **cancelamento da contratação**, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 3.2 e 3.3 abaixo;

3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;

b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, assinar a ata de registro de preços ou recusar receber Nota de Empenho;

b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;

c) não manter a proposta no certame licitatório;

d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;

e) ensejar o retardamento do objeto contratado;

f) cometer fraude fiscal;

g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato

5. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

5.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

5.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

6. Da aplicação das sanções de multa e impedimento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

7. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 5.

8. A **apuração de responsabilidade e eventual aplicação das sanções descritas obedecerá as disposições contidas na Resolução TRE/MS nº 665, de 08 de outubro de 2019.**

CAPÍTULO X - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência.

2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.

5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO XI - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência.
2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposto neste Termo de Referência.
5. O fornecedor fica, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.
6. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);
7. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS;
8. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
- 8.1 O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso);
9. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

CAPÍTULO XII - DEMAIS INFORMAÇÕES ACERCA DA CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO N.º 182/2013 – CNJ (ART. 18, § 3º, INCISO II)

1. Motivação para a contratação:

Este Tribunal necessitou realizar obras de ampliação de estacionamento interno, a fim de viabilizar a utilização por servidores efetivos, funcionários terceirizados e estagiários com veículo próprio, tendo em vista a insuficiência dos espaços atualmente disponíveis. No entanto, para a realização das obras em questão, houve a necessidade da retirada de cinquenta e cinco árvores do estacionamento lateral do prédio-sede, atividade que apenas foi possível após a apresentação de requerimento à Secretaria de Meio Ambiente e Gestão Urbana - SEMADUR. No entanto, o órgão municipal de meio ambiente exigiu a implementação de medida compensatória prévia, consistente na aquisição e plantio de mudas de árvores ou a disponibilização de equipamentos ou mobiliário para incremento das atividades institucionais daquela entidade, no mesmo valor da aquisição das mudas. Como a primeira opção seria muito demorada e mais onerosa para esta Administração, optou-se pela alternativa seguinte, que deveria estar de acordo com as demandas apresentadas pela SEMADUR, ficando acertado com representantes daquela instituição a compensação ambiental mediante a "transferência" de mobiliário e computadores, conforme especificações apresentadas. Pesou na decisão o fato de a empresa de engenharia contratada já estar atuando nas dependências deste Tribunal, e estar com atividades paralizadas aguardando autorização do órgão ambiental.

2. Objetivos a serem alcançados:

- A disponibilização dos equipamentos de informática especificados, necessários ao cumprimento dos compromissos de compensação ambiental assumidos pela Administração deste TRE, com a consequente melhoria da infraestrutura computacional da SEMADUR para a execução de suas atividades institucionais, considerados atualmente como deficitários.

3. Benefícios diretos e indiretos resultantes da contratação:

3.1. A disponibilização dos equipamentos de informática especificados, são necessários para o cumprimento dos compromissos de compensação ambiental assumidos pela Administração deste TRE, com a consequente melhoria da infraestrutura computacional da SEMADUR para a execução de suas atividades institucionais, considerados atualmente como deficitários.

4. Alinhamento entre a contratação e o planejamento estratégico:

- A aquisição em tela não encontra previsão no Plano de Contratações desta Corte, conforme despacho SAF 5078 (1165311), porém foi autorizada pela Diretoria Geral no despacho 5283 (1166545), bem como realizado a reserva orçamentária através da Nota de Dotação 2022ND000194, conforme informação 2216 (1166878) da SEOR.

5. Os estudos preliminares que nortearam a presente contratação encontram-se no Processo SEI 1178731.

6. A demanda prevista é a mesma que será contratada, através de aquisição imediata, cujo quantitativo encontra-se definido nos Capítulos III deste Termo de Referência.

7. A escolha pela solução ocorreu após análise das soluções disponíveis no mercado, conforme relatado a seguir:

- Aquisição de Computadores via licitação;

Em levantamento feito no mercado, não se verificou outro tipo de solução possível tendo em vista a finalidade dos mesmos.

8. O objeto enquadra-se como aquisição de materiais permanentes.

9. A aquisição será exclusiva para ME/EPP, tendo em vista o valor total dos itens ser menor que R\$ 80.000,00.
10. No que tange à escolha do tipo de licitação, por se tratar de equipamentos comuns, padronizados e facilmente encontrados no mercado, não resta outra opção a não ser PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO.
11. Devido ao fato desta contratação não gerar resíduos sólidos, bem como não prever serviço de obra de grande vulto, não se aplica o estudo de impacto ambiental, sendo necessário apenas no momento da baixa do equipamento.
12. O objeto deve estar em conformidade técnica e legal conforme descrito no Capítulo III deste Termo de Referência.
13. As obrigações contratuais estão descritas nos Capítulos V a X deste Termo de Referência.
14. As especificações técnicas detalhadas do objeto encontram-se no capítulo III deste Termo de Referência.
- 14.1. Não será criado nenhum tipo de dependência tecnológica entre o TRE-MS e a contratada visto a complexidade baixa do equipamento e sua solução agregada.
- 14.2. A descrição de direitos de propriedade intelectual e autorais não se aplica a contratação objeto deste procedimento administrativo.
15. Durante a contratação, serão usados os modelos de praxe do TRE/MS: para requisição de materiais, aceite dos produtos, análises da fiscalização, etc.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Ricardo Nascimento de Alcântara

GABSAF - Integrante Demandante

Marcio Sadayoshi Naka

SGA/CITIS - Integrante Técnico

Érika Murakami Duarte da Rosa

SLC - Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIO SADAYOSHI NAKA**, **Técnico Judiciário**, em 28/04/2022, às 14:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO NASCIMENTO DE ALCÂNTARA**, **Oficial de Gabinete**, em 28/04/2022, às 15:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ÉRIKA MURACKAMI DUARTE DA ROSA**, **Técnico Judiciário**, em 28/04/2022, às 16:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1196805** e o código CRC **FC73F9E8**.